

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.449.139 - SP (2019/0039874-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : MANOEL RAMOS DA SILVA
ADVOGADOS : MARIVALDO ROBERTO SOARES - SP297836
PERSEU GONÇALVES CAVALCANTE - SP355223
VALDOMIRO APARECIDO DOS SANTOS - SP295124
AGRAVADO : FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERV PUB MUN
SOROCABA
PROCURADOR : AIRLENE DE SOUZA ELIAS E OUTRO(S) - SP326972

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MANOEL RAMOS DA SILVA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de MANOEL RAMOS DA SILVA, a petição de recurso especial não está subscrita, o que torna o apelo inexistente.

O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que "é considerado inexistente o recurso dirigido a instância especial sem assinatura do signatário da petição" (AgInt no AREsp 1019050/RJ, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 30/05/2018).

Outrossim, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao Dr. Valdomiro Aparecido dos Santos, subscritor do agravo em recurso especial.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda que assim não fosse, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na assinatura do recurso e na representação processual. A parte, embora regularmente

intimada para sanar referidos vícios, quedou-se inerte (fl. 433). Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente